



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 37/2021

Período: 09/10/2021 - 15/10/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Polícia Federal indicou que blogueiro bolsonarista incentivou intervenção militar
- 2- Novo cargueiro realizou primeiro voo pilotado por estrangeiros
- 3- Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares bonificou oficiais da reserva e dividiu opiniões na sociedade
- 4- Ex-sargenta da aeronáutica foi condenada por desvio de dinheiro público
- 5- Colunista traçou paralelos entre a atual conjuntura política e a ditadura brasileira
- 6- Ex-embaixador defendeu aprimoramento da defesa nacional
- 7- Submarino nuclear tem conclusão prevista para 2030
- 8- Justiça condenou militares pelo assassinato de músico e catador
- 9- Especialistas avaliaram punição de militares que assassinaram Evaldo e Luciano
- 10- Reportagem analisou atribuições do general Pazuello em novo cargo

1- Polícia Federal indicou que blogueiro bolsonarista incentivou intervenção militar

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Polícia Federal apontou que o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos tentou influenciar o presidente da República Jair Bolsonaro a iniciar um golpe de Estado. As informações, que fazem parte do inquérito das milícias digitais, revelaram que o blogueiro enviou, durante as manifestações a favor do governo realizadas em abril e maio de 2020, mensagens ao tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, ajudante de ordens do presidente, incitando a intervenção das Forças Armadas, que ele considerava “urgente”. O relatório, no entanto, não mencionou respostas às mensagens do influenciador. (*O Estado de S. Paulo - Política - 09/10/21*)

2- Novo cargueiro realizou primeiro voo pilotado por estrangeiros

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, militares da Força Aérea Portuguesa (FAP) participaram de um treinamento realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB) e pilotaram, pela primeira vez, o novo avião cargueiro C-390 Millennium. Portugal é o principal cliente da aeronave de produção brasileira que possui capacidade de reabastecimento em voo. Segundo o periódico, a FAB estima que 700 unidades da aeronave, que se tornou o principal produto aeronáutico militar

brasileiro, possam ser vendidas internacionalmente para cerca de 70 países. (O Estado de S. Paulo - Política - 09/10/21)

3- Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares bonificou oficiais da reserva e dividiu opiniões na sociedade

De acordo com reportagem d'O *Estado de S. Paulo*, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, difundido pelo governo do presidente da República Jair Bolsonaro, garantiu a oficiais da reserva que dele participam bônus que superaram salários de professores da rede pública. Esses militares da Marinha e da Aeronáutica – que somaram, de 2020 a 2021, mais de R\$ 10,4 milhões de gastos adicionais aos cofres públicos – foram contratados para “garantir a ordem, fazer rondas, apoiar a direção, ensinar ‘valores’ e o Hino” em colégios com baixa pontuação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e em áreas de vulnerabilidade social. A chegada dos militares às escolas, contudo, dividiu opiniões de pais, professores e alunos: ao passo em que houve adesões “naturais” massivas à presença militar no ambiente escolar, em outros casos houve “panfletagem na porta da escola para convencer pais [a aderirem ao programa] e ataques à diretora nas redes sociais”. Para Priscila Cruz, presidente do movimento Todos pela Educação, o programa do governo Bolsonaro, além de não resolver os problemas educacionais da rede pública, não garante a promoção de valores socioemocionais verdadeiramente relevantes à educação. Outros especialistas ouvidos pelo jornal entendem que o programa serve como mera “vitrine” da gestão Bolsonaro para agradar as Forças Armadas, tendo em vista os valores adicionais desembolsados para pagar esses militares da reserva. (O Estado de S. Paulo - Educação - 10/10/21)

4- Ex-sargenta da aeronáutica foi condenada por desvio de dinheiro público

De acordo com reportagem do periódico *Correio Braziliense*, uma ex-terceira sargenta da aeronáutica foi condenada a seis anos e seis meses de detenção pelo Supremo Tribunal Militar (STM), pelo crime de desvio de dinheiro público. A ex-militar, responsável pela secretaria do Hotel de Trânsito do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta I) entre 25 de julho de 2018 e 20 de março de 2019, desviou cerca de R\$ 70 mil durante o período. Para possibilitar o desvio, a ex-militar enviava e-mails aos hóspedes informando que o pagamento das diárias deveria ser realizado em espécie, em contradição com o regulamento, que estabelece como formas de pagamento o desconto da folha do militar ou por pagamento do boleto da Guia de Recolhimento da União (GRU). Os recepcionistas também eram orientados a aceitar somente pagamento em espécie. A ex-sargenta alegou que o desvio teria como fim custear o tratamento de câncer de seu pai, porém o relator do caso, ministro Artur Vidigal de Oliveira, afirmou que a ré “deveria ter buscado outras medidas lícitas para custear o tratamento da enfermidade do pai”. (Correio Braziliense - Cidades DF - 11/10/21)

5- Colunista traçou paralelos entre a atual conjuntura política e a ditadura brasileira

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, Roberto Brant, ex-ministro da Previdência e Assistência Social no governo Fernando Henrique Cardoso e ex-deputado federal, refletiu sobre a defesa da democracia pela população brasileira, traçando paralelos com a ditadura militar (1964-1985). Brant afirmou que durante os primeiros anos dos militares no poder não havia contestação capaz de ameaçar o regime devido à chamada “ditadura dos resultados”. O ex-ministro apontou semelhanças com a conjuntura brasileira atual, afirmando que “grandes parcelas da nossa sociedade, e de tantas outras em todo o mundo, vivem em estado de grande vulnerabilidade e, para elas, o apelo da segurança material é justificadamente muito forte”, de maneira que a defesa da democracia não é a prioridade destes grupos. Segundo Brant, a democracia é um conceito abstrato para a maior parte da população, que não presenciou os anos mais autoritários da ditadura. Assim, constatando os protestos contrários às instituições democráticas que vêm ocorrendo no país, ressaltou a inexpressividade do apoio da população a elas. Citando pesquisa da organização não-governamental Latinobarômetro sobre a opinião dos habitantes de 18 países latino-americanos a respeito da democracia e de suas instituições, cujo resultado demonstrou que menos da metade dos latino-americanos declara-se comprometida com a democracia e, no Brasil, 40% dos entrevistados declaram preferi-la a qualquer outra forma de governo, o ex-deputado apontou risco às instituições envolvidas com a vida democrática do país. Brant ressaltou a necessidade da democracia também apresentar resultados, como crescimento econômico e emprego, para justificar sua própria legitimidade da mesma forma que justificaram o regime militar. (Correio Braziliense - Política - 11/10/21)

6- Ex-embaixador defendeu aprimoramento da defesa nacional

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-embaixador e atual presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), Rubens Barbosa, destacou a importância de aprimorar instituições e processos relacionados à defesa nacional como resposta à crescente demanda do atual cenário internacional. O ex-embaixador defendeu as propostas de um documento elaborado pelo Centro de Estudos da Defesa e Segurança Nacional (Cedesen), contendo recomendações ao governo federal e ao Congresso sobre a Política e Estratégia Nacional de Defesa, destacando três itens: “Elevação do nível de tratamento pelo poder público dos temas de defesa, desde sua formulação até a implementação de políticas de defesa; transformação urgente nas instituições de defesa, de forma a adequá-las às necessidades do País diante dos novos paradigmas de conflitos e torná-las ajustadas às boas práticas internacionais; incrementar a participação de profissionais civis nas várias atividades voltadas para o preparo da capacidade militar, tanto as operacionais de combate como as de logística de defesa (industriais e pesquisa e desenvolvimento)”. Em relação à política de defesa, a Cedesen recomendou atribuir ao Conselho de Defesa Nacional (CDN) a elaboração de documentos relacionados à defesa, segurança e diplomacia, além da criação de uma comissão permanente composta pelas duas casas do poder legislativo. Barbosa também sugeriu o desmembramento das atividades relacionadas ao combate daquelas relacionadas à logística, indicando a possibilidade de criação de uma

secretaria especial no Ministério da Defesa, composta por especialistas civis, para gerenciara aquisição de produtos e sistemas de defesa, bem como o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 12/10/21)

7- Submarino nuclear tem conclusão prevista para 2030

Segundo reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, a conclusão do projeto do submarino nuclear “Álvaro Alberto”, nome dado em homenagem ao ex-vice-almirante pioneiro no programa nuclear brasileiro, está prevista para 2030, à frente de outros países como a Austrália. O jornal apontou que nenhum país abaixo da linha do Equador já possui ou mesmo operou um equipamento desse tipo, e que, caso a data de conclusão se confirme, o Brasil seria o primeiro país que não possui armas atômicas a trabalhar com um submarino nuclear. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 13/10/21)

8- Justiça condenou militares pelo assassinato de músico e catador

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, oito militares do Exército foram condenados pelo envolvimento no fuzilamento e assassinato do músico Evaldo dos Santos Rosa e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo. O caso aconteceu em abril de 2019, no bairro de Guadalupe, no Rio de Janeiro. Evaldo levava sua família para um chá de bebê e se encontrou no meio de uma ação de patrulhamento do Exército que procurava por suspeitos de um assalto. Os militares dispararam 257 vezes, e 62 desses tiros alvejaram o veículo. Na tentativa de socorrer Evaldo, o catador Luciano também foi atingido no braço e nas costas, vindo a óbito onze dias depois. Os juízes haviam dado início aos depoimentos das testemunhas um mês após o crime, no entanto, a pedido da defesa dos réus, o julgamento foi diferido duas vezes. A Promotoria declarou que os militares confundiram o carro do músico com um automóvel semelhante que teria sido utilizado para roubar um motorista momentos antes. Por sua vez, a defesa assegurou que os militares reagiram em legítima defesa putativa, quando acredita-se estar procedendo de maneira adequada. O advogado Paulo Henrique Pinto Mello argumentou que aquela era uma zona de “contenção do tráfico”, alegando que o catador Luciano era olheiro do tráfico. Após uma sessão de mais de 15 horas, o conselho de juízes da Justiça Militar da União, formado por uma juíza federal e quatro juízes militares sorteados, condenou os militares por homicídio qualificado. Segundo a decisão da juíza, a versão dos militares — de que atiraram em legítima defesa em resposta a tiros disparados por Luciano — está fora de cogitação. O tenente que liderava o grupo, Ítalo da Silva Nunes, recebeu a maior pena, de 31 anos e seis meses. Os demais, tenente Ítalo da Silva Nunes, sargento Fábio Henrique Souza Braz da Silva, cabo Leonardo Oliveira de Souza e os soldados Gabriel Christian Honorato, Matheus Sant’Anna, Marlon Conceição da Silva, João Lucas da Costa Gonçalo e Gabriel da Silva de Barros Lins, receberam penas de 28 anos, todas em regime fechado. Outros quatro militares integravam o grupo, mas foram absolvidos por falta de provas de que tomaram parte no assassinato de Evaldo e Luciano, conforme solicitação apresentada pelo próprio Ministério Público Militar (MPM). Os dois lados ainda podem recorrer ao Superior Tribunal

Militar (STM). (Correio Braziliense - Brasil - 15/10/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/10/21; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 15/10/21)

9- Especialistas avaliaram punição de militares que assassinaram Evaldo e Luciano

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* entrevistou o especialista em segurança pública Leonardo Sant'Anna que ponderou sobre as mortes de Evaldo dos Santos Rosa e Luciano Macedo serem o reflexo de uma sociedade onde o Estado não se faz presente, não atendendo a população com ações sociais, educação ou emprego. Além disso, Sant'Anna problematizou a utilização das Forças Armadas em operações de segurança pública. Segundo ele, "sabemos que o nível de capacitação de um profissional das Forças Armadas é distinto. E não tem correlação com segurança pública. Há uma grande confusão que recai nesse tipo de tragédia, sobretudo no momento em que se coloca pessoas não preparadas para realizar atividades de proteção à população, mas que na verdade são capacitadas para atividades de guerra". Para Marcelo Dias, advogado e militante do Movimento Negro Unificado (MNU), a condenação contribui para "inibir os atos de violação de direitos, principalmente do povo negro, pobre e periférico, por parte dos agentes do Estado". Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, avaliou que a condenação não significa uma mudança de paradigma do papel das Forças Armadas e polícias militares na sociedade brasileira, de modo que "continuam a ser operados a partir da ideia de tutela da ordem social e subordinação da vida civil". Lima apontou que esse paradigma vai além de um governo de posições militaristas, já que entre 1992 e 2021 as Forças Armadas foram convocadas 144 vezes para operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), sendo apenas oito delas no governo Bolsonaro. Ele afirmou que "o Brasil aceita que elas sejam usadas como emplastro para quase todos os problemas do país e, ao fazer isso, não é de estranhar que os militares ocupem tanta centralidade na vida social do país faz anos.". Ademais, Lima observou que, no Brasil, cabe aos próprios militares a definição de seus mandatos e atribuições, além de não haver limitações para a participação de militares da ativa em cargos de natureza civil. Segundo ele, a condenação após tragédias como essa tem valor simbólico e jurídico institucional, mas "não transforma as bases sociais e institucionais que permitiram que elas ocorressem". (Correio Braziliense - Brasil - 15/10/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/10/21)

10- Reportagem analisou atribuições do general Pazuello em novo cargo

Conforme reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o general da ativa Eduardo Pazuello completou quatro meses em cargos de confiança na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), ligada à Presidência da República, após sua demissão do Ministério da Saúde em março. A reportagem apontou que, em 81 dos 91 dias úteis, não é possível saber o que Pazuello fez na pasta. Pazuello é atualmente assessor especial da Secretaria, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos totais de pouco mais de R\$ 39 mil, somando seu salário na SAE, o soldo por sua função como militar e descontando-se o valor

que ultrapassa o teto atual de remuneração a servidores), além de benefícios como carro com motorista. A agenda do general registrou seis viagens a trabalho, “com passagens aéreas pagas com dinheiro público e direito a diárias”, sendo que em três delas Pazuello acompanhou o presidente da República Jair Bolsonaro em alguma solenidade, e em outras duas, com destino a Manaus, o motivo não foi informado. Questionadas pelo periódico sobre as atribuições do general, a assessoria de imprensa da SAE e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) confirmaram apenas a “reestruturação do organograma da pasta” no início de outubro de 2021, quando Pazuello passou de secretário de Estudos Estratégicos para assessor especial do órgão. (O Estado de S. Paulo - Política - 15/10/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Lucas Rizzati Iquegami (bolsista CNPq)

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima